

A nossa estagnação, já de há muitos anos, no volume das exportações mundiais, é motivo para sérias preocupações apesar da permanente elevação dos nossos estoques de excedentes, permitindo que se atribua tal conjuntura desfavorável à incêrnia com que tem sido formulada e conduzida a nossa política cafeeira e que, por lei, está totalmente adstrita ao Instituto Brasileiro do Café.

Se não encontramos explicações plausíveis para o emperramento dos nossos contingentes exportáveis, quando em todo esse entre tempo deveria ter-se contido a exagerada e indiscriminada expansão interna, e delimitação pela apropriação de uma nova parcela na progressão do consumo mundial, com maiores razões não encontramos justificações, para a estarrecida constatação de que, nos dois últimos anos (1964 e 1965), estamos retrocedendo e entregando aos concorrentes o próprio terreno conquistado e, até então, sempre mantido.

A queda em volume e na participação percentual é realmente impressionante, permitindo ajuizar que a qualidade da orientação na política do café, se anteriormente muito delictosa a deixar, já agora revela-se ineficiente e até mesmo incapaz, pois não se pode, em tão consciência, reconhecer como acertada uma direcção sob a qual opera-se um declínio na exportação para 14.988.000 sacas em 1964 e 13.384.000 para 1965, contra a média dos cinco anos anteriores de 17.400.000 sacas, sendo ainda de se acentuar que o ciclo de super produção teve início em 1959, primeiro ano do mencionado quinquênio.

Um ex-ministro, em recente discurso pronunciado na Câmara de Deputados, em Brasília, afirmou que a complexidade do problema café não permitia que os elementos humanos nele envolvidos pudessem opinar com o devido acerto, pelo facto dessas peças da estrutura só conhecerem os estâgios, nos quais tinham interesses, e que o superdimensionamento de toda a matéria requeria condições mais completas para a apreciação da conjuntura. Entre essa conceituação, que patenteia mal recatada pretensão e a realidade, há o facto de ter sido durante sua gestão, no Ministério da Indústria e Comércio, que as nossas exportações de café regressaram tão bruscamente.

Ora, para a proveitosa condução dos assuntos do café não basta abarcar todos os aspectos que o café promove, pois, além disso e mais do que isso, é necessário sensibilidade e acuidade, qualidades que um cidadão tem ou não, pois elas são inatas. Uma fase de rendimento positivo da acção do IBC verificou-se com a direcção imprimida pelo sr. Nelson Maculan, possuidor de arejada visão e de bastante ductilidade para assimilar situações emergentes e, às vezes, inesperadas. Assim é que, não obstante o sucesso de sua adminis-

tração em favor da exportação, não é segredo de que os recursos culturais do sr. Maculan não são excepcionais e que, até então, jamais dirigiu assuntos de tal envergadura.

Entendemos que a política do café deve ser conduzida por dirigentes dotados de boa agilidade mental e destituídos de tóda e qualquer fatuidade, permitindo a composição de uma equipe de acesores capaz de dominar tódas as facetas do problema, desde a fonte produtora até o estágio final da comercialização.

Evidentemente não é aconselhável a manutenção de um processo de super-saturação, mas menos aconselhável ainda é a adoção de providências rudimentares, como restrição ou abolição da assistência creditícia e da garantia de preço interno, que só demonstram primarismo e ausência de descorçoio político.

Temos que reconhecer que as nossas safras, nos últimos anos, tem ultrapassado a capacidade normal de absorção pelo consumo interno e externo.

Mas, também é forçoso reconhecer que tódas essas safras tem sido grosseiramente inflacionadas com a participação de cafés de má qualidade, escolhas, resíduos e impurezas que só servem para depreciar a qualidade do nosso café e muito tem corrido para nos prejudicar na competição internacional.

O plano de redução da área arqui-tetado pelo Gerca, apesar dos seus méritos incontestáveis, perdeu quase todo seu impeto frente as sucessivas desvalorizações da moeda, que desactualizam suas bases, tendo ainda para embaraçar o dos seus objectivos, a diversificação de cultura e a defasagem económica de quase tódas atividades agrícolas.

E' intuitivo que a rápida redução da área e a melhoria da produtividade, acompanhada de um intenso esforço para aperfeiçoar a qualidade são medidas que, de há muito,

A presente safra, já colhida e praticamente com seus embarques no Interior em fase final, foi estimada em 33.000.000 de sacas beneficiadas.

Atribuiu-se a esse número de sacas uma correspondência equivalente de Cr\$ 1.200.000.000.000 — 1 trilhão e duzentos bilhões de cruzeiros — que seria a renda total bruta da produção, o que conferiu a cada saca um valor médio de Cr\$ 36.000. Ora, se das 33.000.000 de sacas fossem eliminadas 20%, teríamos a safra reduzida a 26.400.000 sacas de cafés de melhores qualidades e, mantida a mesma previsão para a renda financeira, teríamos atribuído a cada saca um valor médio de Cr\$ 45.000 e que não afetaria, nenhum dos elementos equacionados, com a bem apreciável atenuação de uma série de operações, tais como: sacaria, seguros, transportes, armazenagem, etc.

Em paralelo, uma judiciosa aplicação de ágios (prêmios) para tipo e qualidades estimularia o necessário primoramento de nosso café para enfrentar a competição, cada vez mais opressiva.

O desencorajamento que a acção do IBC tem provocado no nosso comércio exportador, tirando-lhe as possibilidades justas para funcionar, longe de corrigir falhas e anomalias de que o mesmo possa se ressentir só tem contribuído para encurtar a nossa frente de combate.

Essa série de desacertos, ora por acção, ora por omissão, tem semeado já agora em tóda a área cafeeira a descrença e o desânimo. Com esse procedimento estiola-se uma atividade económica essencial, da qual não podemos prescindir e relega-se um ponderável grupo populacional a um regime de insuficiência económica, sem que nada de proveitoso tenha sido alcançado, de onde se justificaria considerar o café um problema sem solução.

E nada menos exato, pois o nosso café na verdade nem pode ser considerado um problema e se este existe está na má escolha de timoneiros para uma nau tão importante como é o café.

deveriam ter sido incentivadas com o maior empenho.

Porém, antes que tais providências, quando levadas a sério e postas em acção, despidas das tolas e complicadas exigências burocráticas, possam produzir seu efeito, poderíamos, através de maior seleção na composição dos lotes, estimulado com prémio para os cafés de melhores tipos, já de longa data, termos reduzido consideravelmente as pilhas que são enterradas nos chamados "cemitérios do café", os armazéns do IBC.

O processo, em sua essência, é tão rudimentar que não compreendemos como não tenha sido alcançado pelo ex-ministro que se mostrava tão profundo nas suas revelações sobre a alta técnica para a condução dos negócios do café.

As boas normas do "marketing" têm como preliminares: qualidade do produto, relação paritária de preço, adequada promoção e eficiente comercialização.

Até agora temos nos afeitados aos tradicionais recursos "botocudos", adotados desde o Convênio de Taubaté: retirar os excedentes do mercado e, de vez em quando, através de intervenções de relativo sigilo "ad usum delicti", para sustentação e até elevações do preço.

O aspecto qualidade sempre foi relegado a margem, incorporando-se sob o paradigma café tódas as gradações oriundas desse produto, desde o verdadeiro café até aquilo que em pitoresco neologismo, apelidam de "xafé".

Admitindo de antemão, nas proximidades das safras, com lealdade e absoluta honestidade, o "quantum" de renda essencial para a área produtora e tendo já sido formulada segura previsão do volume a ser colhido, este poderia ser contigenciado pela exclusão gradativa das qualidades inferiores e prejudiciais à comercialização.